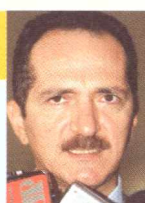


Lula muda ministério e amplia base de sustentação do governo



Coordenação de Governo

José Dirceu fica responsável pela gestão interna do governo



Coordenação Política

Aldo Rebelo (PCdoB) assume a função política, antes com Dirceu



Educação

Tarso Genro substitui Cristovam Buarque



CDES

Jaques Wagner comandará o Conselho, antes com Tarso Genro



Trabalho e Emprego

Ricardo Berzoini assume no lugar de Jaques Wagner



Comunicações

Eunício Oliveira, do PMDB, substitui Miro Teixeira



Previdência Social

O peemedebista **Amir Lando** substitui Ricardo Berzoini



Desenvolvimento Social

Patrus Ananias assume pasta que funde Fome Zero e Bolsa Família



Ciência e Tecnologia

Eduardo Campos, do PSB, entra no lugar de Roberto Amaral



Políticas para as Mulheres

Nilcéia Freire substitui Emília Fernandes

REFORMA MINISTERIAL, QUE INTEGRA O PMDB, VISA TAMBÉM A AGILIZAR O DESEMPENHO GERENCIAL DO GOVERNO

Com o objetivo de ampliar a base de sustentação do governo e tornar mais ágil o desempenho gerencial do governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, na última sexta-feira (23), uma ampla reforma ministerial. Foi trocado o comando de seis ministérios e outros três ministros foram remanejados. O PMDB passa a fazer parte do governo com duas pastas.

Entre as mudanças anunciadas está a transformação do Ministério da Assistência Social em Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que irá absorver o Ministério de Segurança Alimentar e a Coordenação do Programa Bolsa Família. O novo ministério social será comandado pelo deputado federal Patrus Ananias (PT-MG). Serão mantidos, sob sua responsabilidade, os programas Fome Zero e Bolsa Família. A unificação dos programas sociais em uma única pasta visa a simplificar a gestão, tornando mais ágil a implementação das ações, que estão entre as principais prioridades da gestão Lula para este ano.

No âmbito da Presidência da República, Lula criou a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, que terá como titular o líder do governo na Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP). Rebelo passará a exercer funções que estavam a cargo da Casa Civil relativas à coordenação política e condução do relacionamento do governo com o Congresso e os partidos políticos. Ao ministro da Casa Civil, José Dirceu, caberá cuidar da gestão interna do governo. Dirceu passa, também, a ser responsável pela coordenação e gestão dos sistemas de organização e modernização administrativa, responsabilidade que cabia ao Ministério do Planejamento.

nação política e condução do relacionamento do governo com o Congresso e os partidos políticos. Ao ministro da Casa Civil, José Dirceu, caberá cuidar da gestão interna do governo. Dirceu passa, também, a ser responsável pela coordenação e gestão dos sistemas de organização e modernização administrativa, responsabilidade que cabia ao Ministério do Planejamento.

Troca de cadeiras

O ministro Jaques Wagner, que respondia pelo Ministério do Trabalho e Emprego, assume a Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), que era de responsabilidade do ministro Tarso Genro. O novo ministro do CDES passa a fazer parte da coordenação de governo.

Tarso Genro assumirá a pasta da Educação, que estava sob o comando de Cristovam Buarque. Este reassume seu mandato no Senado.

O Ministério do Trabalho fica sob a responsabilidade de Ricardo Berzoini, que respondia pela Previdência Social.

Também houve alteração na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Em substituição a Emília Fernandes, foi nomeada Nilcéia Freire, ex-reitora da Uerj (Universidade Estadual do RJ).

O Ministério da Ciência e Tecnologia ficará sob responsabilidade de Eduardo Cam-



O presidente Lula anuncia os novos ministros

pos (PSB), que assume em substituição a Roberto Amaral, também do PSB.

PMDB

A reforma ministerial acomoda dois nomes do PMDB no primeiro escalão do governo. O deputado Eunício Oliveira assume o Ministério das Comunicações em substituição ao deputado Miro Teixeira (sem partido), que deverá ser o líder do governo na Câmara. Outro peemedebista é o senador Amir Lando, que assume a Previdência Social.

Para Lula, o reencontro do PT com o PMDB é mais que uma aliança política. "Até porque, como muitos militantes históricos do PT pertenceram um dia ao velho partidão [Partido Comunista Brasileiro], muitos também estiveram um dia no PMDB", afirmou.

Segundo Lula, os dois par-

tidos mantêm suas divergências, mas a aliança política foi resultado de pontos comuns de ação e trabalho. "O PT compreendeu a necessidade de ter o PMDB como participante da base de sustentação do governo para que pudéssemos não só aprovar as reformas, mas ter tranquilidade na governabilidade do país."

Para o presidente nacional do PT, José Genoíno, a entrada do PMDB no governo não é apenas uma acomodação política. "É a construção de uma aliança com o centro, tendo em vista um projeto estratégico que passa pela sustentação do governo, por uma aliança nas eleições de 2004 e por uma consolidação da relação política", afirmou. "O PT tem que saber fazer alianças com seus valores democráticos e seus valores éticos" (leia entrevista à pág.6).

Veja quem são os novos ministros

Patrus Ananias (PT-MG) Formado em direito, é deputado federal eleito com votação recorde em MG. Foi vereador e prefeito de Belo Horizonte (93-96). Sua gestão foi premiada quatro vezes pela ONU e transformou-se em modelo de gestão pública. É petista desde a fundação do partido.

Tarso Genro (PT-RS) Advogado especializado em direito trabalhista. Foi vereador, vice-prefeito e assumiu a Prefeitura de Porto Alegre em 1993, reelegendo-se em 2001. Integra o corpo docente do Curso de Extensão Universitária da Escola de Governo. É membro do Diretório Nacional do PT.

Ricardo Berzoini (PT-SP) Engenheiro, foi deputado federal por dois mandatos. Presidiu o PT na cidade de São Paulo (1999-2000). Funcionário licenciado do Banco do Brasil, foi presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região e presidente da Confederação Nacional dos Bancários (CNB).

Jaques Wagner (PT-BA) Engenheiro, foi presidente do SindiQuímica, na Bahia. Cumpriu três mandatos consecutivos como deputado federal. Participou da fundação do PT e da CUT na Bahia.

Nilcéia Freire (PT-RJ) Formada em medicina, foi a primeira mulher a assumir a reitoria da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), na gestão 2000-2003. Como reitora, foi pioneira na

adoção de uma política de cotas para negros e estudantes de escolas públicas. É militante histórica do PT fluminense e dos movimentos sociais.

Aldo Rebelo (PCdoB-SP) Atuante do movimento estudantil, ingressou no PC do B em 1976 e presidiu a UNE (União Nacional dos Estudantes). Jornalista, foi vereador e está em seu quarto mandato como deputado federal. Preside a comissão de Assuntos Trabalhistas e Previdenciários do Parlamento Latino-Americano.

Eduardo Campos (PSB-PE) - Economista, trabalhou como coordenador de campanhas eleitorais do PSB em Pernambuco. Foi deputado estadual e federal, ocupando por duas vezes a liderança do partido na Câmara. Foi secretário de governo e da Fazenda de PE.

Eunício Oliveira (PMDB-CE) - Administrador de empresas e cientista político. Elegeu-se deputado federal por duas vezes. Até assumir o ministério, era líder do seu partido na Câmara. Paralelamente à carreira política, atua como empresário e agropecuarista.

Amir Lando (PMDB-RO) Advogado, cumpre seu terceiro mandato no Senado. Foi deputado constituinte e estadual, entre 1983 e 1987. No seu primeiro mandato como senador, foi relator da CPI que resultou no impeachment do presidente Fernando Collor.

HOMENAGEM

Desagravo a Greenhalgh reúne centenas de pessoas



Thomaz Bastos, Approbato Machado, D'Urso e Greenhalgh compõem a mesa; no destaque, platéia lotada na OAB-SP

O ato de desagravo ao deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), convocado pelo PT e realizado na sede da OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional São Paulo) reuniu, no dia 16 de janeiro, centenas de pessoas, entre ministros, lideranças políticas de vários partidos, juristas, representantes de movimentos sociais e ativistas de direitos humanos.

O ato foi convocado pela direção do partido como forma de responder a uma calúnia de que foi alvo o deputado. Em 23 de dezembro de 2003, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma reportagem segundo a qual um dos presos que teriam assassinado o prefeito Celso Daniel acusou Greenhalgh, em depoimento à polícia, de tê-lo torturado para que confessasse o crime. A partir desta publicação, Greenhalgh, cuja trajetória é marcada pela luta em favor dos direitos humanos, passou a receber inúmeras manifestações de apoio.

“Em nenhum momento vi

tamanha demonstração de solidariedade”, afirmou o presidente da seccional da OAB, Luiz Flávio Borges D’Urso. “Toda a OAB foi atingida diante da repercussão daquela notícia”, completou Rubens Approbato Machado, presidente nacional da instituição.

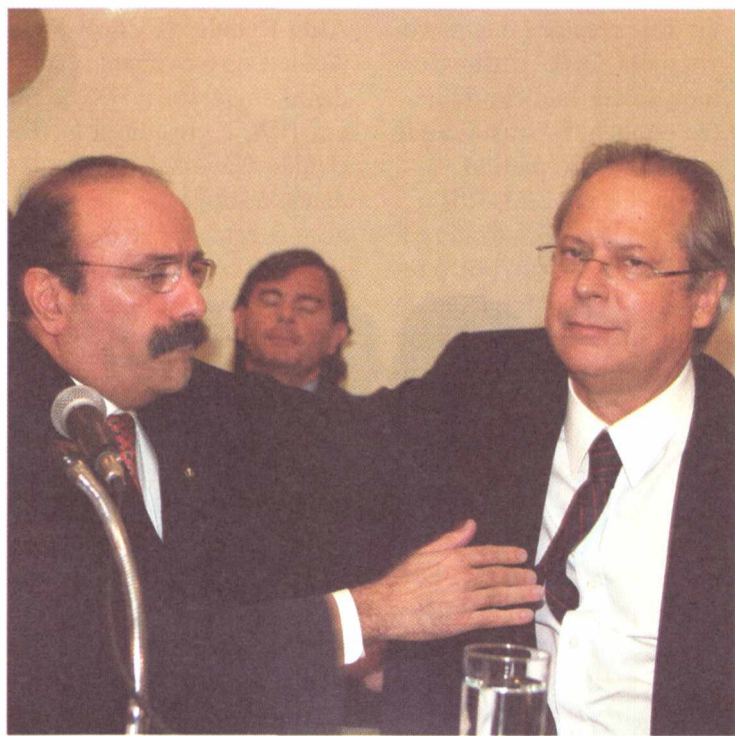
Diante das várias manifestações, Greenhalgh se emocionou. Ele afirmou que não pretende, com o ato de desagravo, travar uma luta contra o jornal, embora não tenha sido ouvido na reportagem. Para o deputado, o vazamento do depoimento viola o segredo de Justiça e sinaliza a politização do caso em ano eleitoral. O ministro José Dirceu (Casa Civil), presente ao ato, destacou que o episódio é “a ponta de um iceberg sobre o qual o Congresso Nacional deve se debruçar”. Para ele, a publicação da acusação de tortura contra o petista não foi feita “por acaso”.

“A Constituição vem sendo violada, há muito tempo, por uma série de procedimentos ilegais, seja pelo Ministé-

rio Público ou pela imprensa”, afirmou. “Não é razoável tolerar este estado de coisas”.

Também presente ao evento, o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) ressaltou a trajetória de Greenhalgh contra a tortura e a violação dos direitos humanos. “Não é possível fazer concessões a quem quer que seja pela agressão a alguém do padrão, quilate e força de Greenhalgh.”

Para o presidente nacional do PT, José Genoíno, os órgãos de investigação sobre o caso Celso Daniel estariam se desvinculando da ética e dos valores que regem a democracia brasileira. O dirigente reiterou que o partido é o mais interessado em esclarecer as circunstâncias do crime, mas não admite que manchem a honra do PT e de petistas como o próprio Celso Daniel e Greenhalgh. Genoíno lembrou que o PT defende o fim do sigilo judicial, para que se dê ampla transparência ao caso. “O segredo de Justiça não pode privilegiar só uma fonte”, afirmou.



Greenhalgh cumprimenta o ministro José Dirceu



O ministro Márcio Thomaz Bastos discursa no ato

OPINIÃO

Norberto Bobbio e a Esquerda

José Genoíno*

O filósofo e pensador italiano Norberto Bobbio, morto no último dia 09 de janeiro aos 94 anos, deixou para o pensamento político e para a filosofia do direito uma das maiores obras teóricas de caráter universal, construída no século XX. Além do seu caráter universal, sua obra tem um inequívoco viés de esquerda. Sua opção, nesse sentido, era consciente e explícita.

Na última década do século passado, num momento em que se intensificaram as proclamações decretando a morte das ideologias, Bobbio, com seu estilo simples e direto, não titubeou em afirmar a relevância da permanência da distinção política e ideológica entre direita e esquerda. Com efeito, a decretação da morte das ideologias e da validade da distinção entre direita e esquerda veio conectada a três fenômenos: ao colapso do comunismo; à globalização; e ao discurso (que não deixa de ser ideológico) do neoliberalismo propondo que as soluções no âmbito do poder público devem ser, substancialmente, de natureza técnica. Com isso, o discurso conservador procura impor a despolitização da própria política, sob a forma disfarçada e hegemônica de um novo discurso ideológico, centrado no argumento do fim das ideologias e da preeminência da racionalidade técnica sobre a ação e o pensamento políticos.

Sem desconhecer as implicações técnicas nas questões políticas, principalmente no complexo mundo do nosso tempo, Bobbio reafirmou a localização da política no espaço da diferença e do conflito. A partir disso, sem negar outros critérios, definiu o conceito e o valor da igualdade como critério analítico do posicionamento acerca da validade da distinção entre direita e esquerda. Ou seja, a direita faz um juízo negativo do ideal da igualdade social; e, ao contrário, a esquerda faz um juízo positivo do ideal da igualdade social. Bobbio, ao mesmo tempo, reconhece que existem diversas formas práticas de buscar a realização do ideal da igualdade, pressupondo assim o pluralismo não só no contexto mais amplo da sociedade e da política, mas no âmbito da própria esquerda.

Se aceitarmos a idéia de que a política se situa no espaço do conflito e de que as sociedades se movem em polaridades entre mais igualdade e menos igualdade, então, a distinção entre direita e esquerda tende a perdurar como uma distinção válida até onde podemos imaginar as fronteiras do futuro. Ou, como diz o próprio Bobbio, do ponto de vista dos valores e do engajamento político, ser de esquerda continua válido “enquanto existirem homens cujo

empenho político seja movido por um profundo sentimento de insatisfação e de sofrimento perante as iniquidades das sociedades contemporâneas”, mesmo que essas iniquidades possam ser atenuadas.

Embora Bobbio tenha se orientado sempre por uma postura analítica isenta, sua teoria sobre a democracia influenciou de forma decisiva as correntes democráticas de esquerda. A leitura de Bobbio foi determinante para que essa esquerda aceitasse a idéia de que a democracia se define não só pelo conteúdo, mas também pela forma. Ao valorizar a forma – as regras e os procedimentos da democracia – Bobbio, contudo, não a reduziu ao formalismo esquemático, como fazem hoje muitos teóricos afinados com o neoconservadorismo.

Como formas e procedimentos, a democracia deve determinar-se por normas definidoras da legitimidade de quem pode governar e com que método governa. Em síntese, são as normas do sufrágio eleitoral e o método de governo segundo as leis. Bobbio também não opôs democracia representativa e democracia direta. Sustentou que a democracia representativa pode ser completada por formas de democracia direta.

Se a democracia se define por regras e procedimentos básicos, ela não é, contudo, estanque. O pensador italiano identificava nos movimentos históricos das lutas por direitos os processos definidores do conteúdo da democracia. A democracia, assim, era concebida por ele como um processo contínuo de democratização. Democratização da esfera política, democratização da administração pública, democratização das relações sociais e democratização das relações econômicas e de trabalho. Em suma, a democracia deve ser entendida como um movimento de afirmação dos direitos humanos, desdobrados em direitos políticos, civis, sociais, econômicos, ambientais, bioéticos etc.

A teoria da democracia de Bobbio contribuiu para que as correntes de esquerda percebessem que é possível, e imprescindível, conciliar os valores da liberdade e da igualdade. A busca da igualdade deve ocorrer num contexto de manutenção das liberdades humanas fundamentais, preservando a forma política democrática. Esta talvez seja uma das maiores heranças que a esquerda democrática deve projetar para o futuro. A produção teórica de Norberto Bobbio, com seu iluminismo pessimista, além de sua relevância acadêmica, deverá continuar a projetar luzes de esclarecimento e de advertência sobre a prática política, principalmente, a prática política de esquerda.

*Presidente nacional do PT

PT NOTÍCIAS CUPOM DE assinatura

Assine o PT Notícias e fique sabendo tudo o que acontece com o nosso partido e com o governo Lula. Quinzenalmente, o PT Notícias chega à sua casa, para deixar você por dentro do que é importante. Basta preencher este cupom, escolhendo a melhor forma de pagar.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.

2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)

3) Cobrança bancária.

4) Cartão de crédito:

Visa MasterCard Diners

Número do cartão: _____

Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel. _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: Masculino Feminino

Filiado(a) ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
CEP 04117-091 – São Paulo – SP
Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

| | |
|--|--|
| PRESIDENTE NACIONAL DO PT José Genoíno | FOTOS Agência Brasil, Helôisa Ballarini e Jesus Carlos |
| SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO Sílvia Pereira Ana Ribeiro (assessora) | SEDE Rua Silveira Martins, 132 São Paulo, SP CEP 01019-000 Tel.: (11) 3243-1313 Fax: (11) 3243-1349 E-mail: ptnot@pt.org.br Página na internet: www.pt.org.br |
| EDIÇÃO Priscila Lambert - MTb 31085 | TIRAGEM: 12.000 exemplares Fotolitos e impressão: Gráfica King |
| REDAÇÃO Claudio Cezar Xavier, Vladimir Braga e Walter Venturini | |
| DIAGRAMAÇÃO Sandra Luiz Alves | |
| APOIO ADMINISTRATIVO Rodrigo Zamprogna | |

E D U C A Ç Ã O

PT quer debate sobre universidade

PROJETO DE INTELLECTUAIS SOBRE REFORMA UNIVERSITÁRIA É DISCUTIDO

O PT defende a criação, pelo governo Lula, de um canal institucional de diálogo com intelectuais para que participem do debate sobre a reforma universitária de forma sistemática ou permanente.

Há um consenso entre governo, partido, intelectuais e estudantes no sentido de que a universidade brasileira passa por uma crise e que é preciso redefinir seu modelo e o papel que tem a cumprir na sociedade.

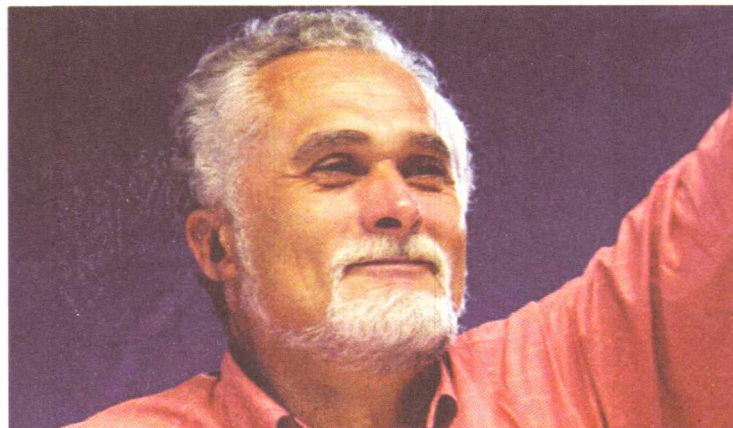
O novo ministro da Educação, Tarso Genro, também já sinalizou, em sua primeira entrevista após assumir o cargo, que uma de suas principais ações será comandar a reforma universitária. “Tenho absoluta certeza de que haverá uma afinidade muito grande na estratégia de reforma, e as universidades não vão se negar a colaborar”, afirmou.

O presidente do PT, José Genoino, quer que o PT participe ativamente do debate com o governo e com intelectuais. “Queremos estimular o envolvimento, nesse debate, especialmente daqueles intelectuais que ajudaram na elaboração do programa de governo do Lula”, afirmou Genoino, destacando o projeto do Fórum de Políticas Públicas da USP (Universidade de São Paulo) para o tema.

O grupo de acadêmicos vinculado à USP consolidou



Arquivo pessoal



Arquivo pessoal



Arquivo USP



Arquivo pessoal

Ricardo Musse, Marila Chauí, José Genoino e Luise Lima e Silva discutem um novo modelo de universidade

um projeto que propõe a revitalização da rede pública das universidades brasileiras. Genoino recebeu o projeto e afirma que concorda com o argumento de que o debate sobre a universidade pública deve superar a discussão imediatista das verbas.

“É preciso recuperar o papel da universidade e vinculá-la a um projeto mais democrático de país.”

Segundo o professor do departamento de Sociologia da USP Ricardo Musse, um dos coordenadores do fórum, um ponto fundamental da discussão é o resgate do papel de ensino, pesquisa e extensão da universidade.

Na opinião do professor, com a implantação das políti-

cas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso, o financiamento de pesquisa passou a ser regido por critérios políticos e ideológicos, que direcionavam recursos para fundações privadas, financiamento de equipamentos de escolas particulares e centros de pesquisa externos à universidade.

Com este movimento, a universidade limitou-se a ser um centro de ensino e os departamentos viraram “unidades de registro de pesquisas”. “Não tem sentido o professor sair da universidade para pesquisar e se tornar, em sala de aula, um mero transmissor de saber, em vez de formar pesquisadores”, ponderou o professor.

Polêmica interna

Musse acredita que a questão dos centros de pesquisa será o principal impasse da reforma por “alterar profundamente” as relações internas na universidade. As instituições privadas financiadas pelo governo, em sua opinião, vão resistir, e até mesmo setores do corpo docente estranham a proposta. “O sistema atual estimula a pesquisa individual e a concorrência acirrada entre professores por recursos escassos, o que alguns consideram produtivo.”

Também defensora deste modelo de revitalização da universidade, a filósofa e professora da USP Marilena Chauí propõe a autonomia universitária — hoje o MEC

precisa autorizar até a contratação de um professor.

No seminário “Por que e como reformar?”, realizado pelo MEC (Ministério da Educação) em agosto passado, Marilena atacou a massificação do ensino, defendeu o fim do vestibular e sugeriu uma reforma no ensino fundamental e médio articulada com a universitária.

Neste mesmo seminário, o então ministro da Educação, Cristovam Buarque — que deixou o cargo na reforma ministerial anunciada na semana passada — sugeriu mudanças na rigidez da estrutura universitária, como a abolição da limitação física da universidade, atualização permanente de diplomas e discipli-

nas, avaliação periódica de professores e redução do tempo de duração de cursos e defesa de teses, devido à velocidade do conhecimento. Ele também criticou o vestibular, por considerar que o aluno não deve ser julgado em função de sua capacidade de ingressar num curso, mas de concluí-lo.

Para Buarque, o governo não pode impor reformas. “A universidade tem de ter autonomia, mesmo que isso signifique que ela venha a optar por seguir o rumo tradicional, ignorando as mudanças que ocorrem a seu redor”, ponderou.

A UNE (União Nacional dos Estudantes) declarou apoio à proposta do Fórum da USP, mas ressaltou a necessidade de ampliar o acesso à universidade e democratizar as relações internas com o movimento estudantil, inclusive na rede privada de ensino.

Na opinião da petista Louise Lima e Silva, diretora da UNE, o financiamento do ensino superior deve vir do poder público. “O que precisa ser reformulado é o tipo de retorno do investimento. Não se pode pensar em cortar esse investimento, o que deixaria de beneficiar quase metade dos estudantes das universidades públicas que estão nas faixas de baixa renda”, defendeu a líder estudantil.

A entidade dos estudantes está divulgando um abaixo-assinado com propostas e pretende realizar uma reunião ampliada em fevereiro, em São Paulo, para garantir um calendário de debates regionais sobre a reforma.

I N T E R N A C I O N A L

Lula garante agenda social

Pela primeira vez, uma reunião da Cúpula das Américas é realizada para discutir o desenvolvimento social da América Latina. Foi a condição do governo brasileiro para o encontro realizado nos dias 12 e 13 de janeiro, em Monterrey, no México.

O resultado — a Declaração de Nuevo Leon, assinada pelos 34 chefes de Estado participantes — agradeu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva por incluir as propostas de desenvolvimento social apresentadas pelo Brasil. Como destaque, a proposta de Lula para criar um fundo internacional contra a pobreza. O presidente brasileiro lembrou que, no próximo dia 30, terá encontro com o presidente francês, Jacques Chirac, e com o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, para aprofundar a idéia de criação de uma política internacional contra a miséria no mundo e convocar todos os chefes de Estado para este esforço.

“O Brasil insistiu na necessidade de se buscar meios de recuperação dos recursos que os países perderam com a corrupção, além, ainda, de cooperar para a extradição dos culpados. É a primeira vez que se reconhece em um documento o grave problema causado por práticas corruptas e fraudulentas em grandes empresas, especialmente multinacionais com acesso negativo em nossas economias”, afirmou Lula.



Ricardo Stuckert/ABR

Lula encontra o presidente do México, Vicente Fox

O parágrafo da Declaração de Nuevo Leon que menciona a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) foi mantido como o Brasil queria. Foi incluída apenas uma menção genérica do bloco econômico sobre a reunião realizada em Miami, em 2003, na qual os países apoiaram o acordo sobre a estrutura e o calendário adotado para a conclusão das negociações da Alca nos prazos previstos.

As nações americanas reiteraram, também, compromisso de lutar contra o crime transnacional, como tráfico de drogas, armas e formas de terrorismo assumidos na Declaração sobre Segurança nas Américas, aprovada na Conferência Especial sobre Segurança, que ocorreu no México, em outubro de 2003. Todos os participantes do encontro fizeram um apelo aos países para que ratifiquem a Convenção Interamericana Contra o Terrorismo, as 12 con-

venções e protocolos da ONU.

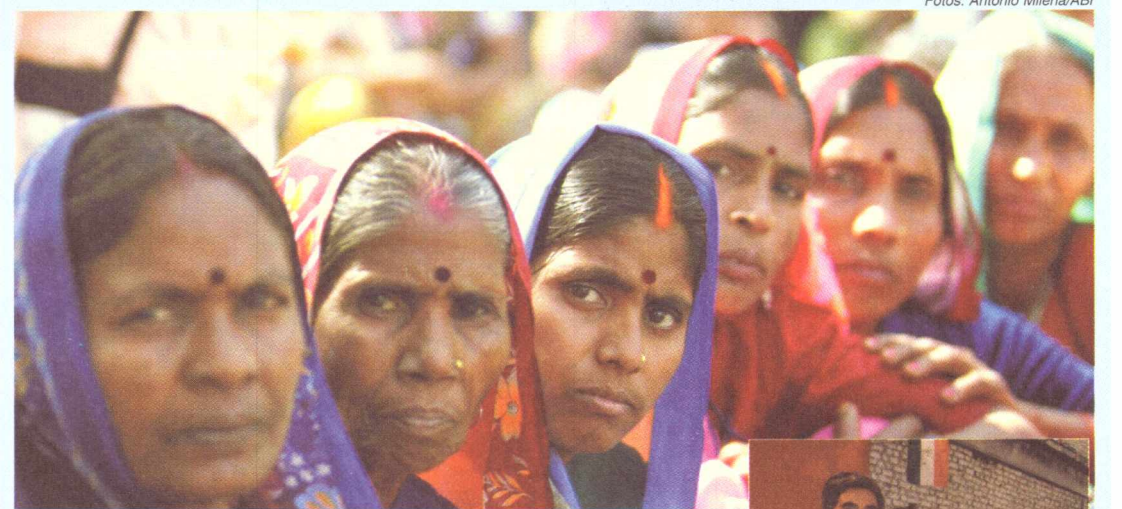
Marco Aurélio Garcia, assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, disse que a América Latina mudou ao destacar o impacto dos discursos de Lula e do presidente da Argentina, Néstor Kirchner, na reunião. “A América Latina mudou. A gente dizia antes: ‘quem viver verá’. Pois estamos vendo agora”, declarou.

Índia

No dia 24 de janeiro, Lula viajou para a Índia, onde defendeu a formação de um bloco comercial entre os países em desenvolvimento. No domingo (25), foi dado o primeiro passo: representantes do Mercosul assinaram com a Índia um acordo preferencial de tarifas fixas. “Inauguramos uma nova era para a cooperação Sul-Sul”, afirmou Lula, que permaneceu no país até o fechamento desta edição.

FSM ‘mundializa’ pauta

Fotos: Antonio Milena/ABR



Indianas assistem a conferência no Fórum Social

Pela primeira vez fora de Porto Alegre, o 4º Fórum Social Mundial (FSM) ocorreu entre os dias 16 e 22 de janeiro em Mumbai, na Índia, marcado por uma diversidade ainda maior que aquela vista nas edições brasileiras, com participação efetiva dos asiáticos e inclusão de pautas de seus interesses. Ao todo, a Índia recebeu inscrições de 2.660 organizações de 132 países.

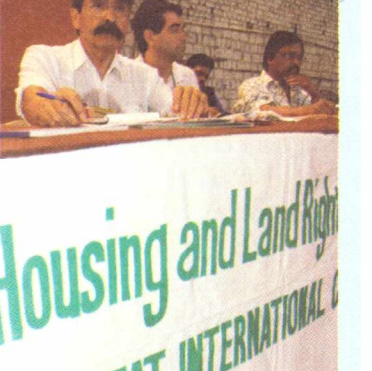
Representando o PT, estavam o segundo vice-presidente do partido, Romênio Pereira, e o secretário nacional de Mobilização, Francisco Campos. Para Campos, a decisão de deslocar o fórum para a Índia foi acertada porque ofereceu uma contribuição importante na organização política da Ásia. O dirigente petista reuniu-se com organizações e movimentos sociais internacionais e acertou a realização de um intercâmbio de idéias e pro-

postas de trabalho.

O ministro das Cidades, Olívio Dutra, representante do governo brasileiro no FSM, afirmou que o fórum estreitou os laços da Índia com o Brasil e com nações de características semelhantes, que não querem “ser orientadas de cima para baixo pelos países mais ricos”.

Simultâneo ao FSM, ocorreu o 4º Fórum Parlamentar Mundial de 2004. “Foram incluídas várias propostas do PT no texto final — em especial, uma menção à vitória do Lula e à necessidade de reformulação da ONU”, relatou Campos.

O deputado estadual Águas Moraes de Sousa (PT-MT), também presente ao fórum, defendeu a criação de uma perspectiva mais estratégica para o FPM e para a Rede Parlamentar Internacional (RPI). “No caso da América Latina, estamos discutindo a criação de uma



Olívio Dutra faz palestra

instituição parlamentar que possa exercer um papel efetivo de controle legislativo no comércio e na integração regional”, disse.

O prefeito petista de Porto Alegre, João Verde, encaminhou, no dia 18, a realização da próxima reunião do Conselho Internacional do FSM para Porto Alegre, entre abril e maio, para definir a próxima edição do evento naquela cidade. O objetivo da reunião em Porto Alegre será encontrar maneiras de aprofundar as discussões dos temas do FSM, dar uma nova dinâmica e tornar a edição de 2005 mais propositada.

Um ano de governo Lula

Ao encerrar seu primeiro ano de administração, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva mostrou que, mesmo com as dificuldades, conseguiu preparar o cenário em que um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil será implementado.

Primeiro foi preciso controlar o quadro no qual o país se encontrava no início do ano passado: inflação em alta (40% ao ano), o risco-Brasil na casa dos 2.400 pontos e o dólar a R\$ 3,60.

A situação exigiu medidas rigorosas. O superávit primário foi fixado em 4,25% do PIB, o orçamento contingenciado em R\$ 14 bilhões para reduzir a fragilidade das finanças públicas e a política monetária foi ajustada, com o objetivo de controlar a inflação e reduzir a vulnerabilidade externa do país. Mas, hoje, as melhorias já são notadas pelos brasileiros — hoje, a inflação está entre 5% e 6%, o risco-Brasil se mantém em torno de 500 pontos e o dólar está em cerca de R\$ 2,90.

A seguir, o **PT Notícias** apresenta um balanço do primeiro ano da gestão do PT no governo federal, com base na revista “A mudança já começou”, editada pela Secom (Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República).

Novo modelo de desenvolvimento

Com a inflação sob controle, o governo federal apresenta, em 2004, um cenário favorável ao modelo de desenvolvimento traçado pela gestão Lula.

As mudanças praticadas já são visíveis: no controle do gasto público; nos indicadores

macroeconômicos; no combate à fome; na condução das políticas sociais; na formulação de políticas de incentivo ao crédito popular; na criação de um ambiente propício à produção e ao emprego; e na afirmação da soberania do país diante do mundo. Os números

(veja tabela na pág. 5) mostram como as políticas monetária e fiscal aplicadas obtiveram sucesso.

O novo modelo de desenvolvimento para o Brasil está baseado em quatro pilares: políticas para o crescimento do país e distribuição da renda;



A produção industrial no Brasil cresceu 6,5% entre junho e novembro do ano passado

reforma agrária; ciência e tecnologia; e meio ambiente. Entre as medidas que já foram tomadas para sustentar estes pilares, estão:

1) Crescimento do país e distribuição de renda

a) Estímulo ao crédito – Destaca-se a regulamentação do crédito com consignação em folha de pagamento, linha de crédito para aposentados e pensionistas e para compra de eletrodomésticos.

b) Democratização do crédito e inclusão bancária – Abertura de contas simplificadas, que exigem apenas documentos pessoais e disponibilizam crédito automático de R\$ 200.

c) Emprego – Criação do programa Primeiro Emprego, com adesão de 840 empresas. Utilização de R\$ 8,2 bilhões em recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) na adoção de medidas que geram novos postos de trabalho. Até outubro de 2003,

910.547 novas vagas foram criadas no mercado formal.

d) Energia e Transporte – A produção mensal de petróleo e gás aproxima o país da auto-suficiência na produção de energia. A oferta de energia elétrica também foi expandida, com o leilão de novas linhas de transmissão. Na área de transportes, mais de 35 mil quilômetros foram restaurados e receberam manutenção.

2) Reforma Agrária

A distribuição da terra com crédito, assistência técnica, água, energia elétrica, estradas, escola e saúde cria cidadãos e promove aumento na produção de alimentos. Até outubro, 21.693 famílias foram assentadas, 27.074 receberam crédito de instalação e 5.778 tiveram infra-estrutura garantida. Foram destinados R\$ 5,4 bilhões para financiar a safra, através do Pronaf.

3) Ciência e Tecnologia

A política agora é descen-

tralizar as áreas de atuação de pesquisa, ampliar a base de pessoas que participam e das que se beneficiam do resultado do investimento público. O financiamento a bolsas de pesquisa foi ampliado (em número e valor), a gestão dos fundos setoriais foi reformulada e foi criada a Rede Brasil, que irá financiar empresas interessadas em inovação.

4) Meio Ambiente

A política do governo federal combina preservação do Meio Ambiente com fiscalização rigorosa e incentivo ao uso econômico sustentável. O conceito de sustentabilidade ambiental se concretiza através de ações bilaterais do Ministério do Meio Ambiente com demais órgãos da administração federal. Entre os projetos destaca-se o Programa Nacional de Florestas, o combate ao desmatamento e o licenciamento ambiental para assentamentos rurais.



O governo destinou R\$ 5,3 bilhões para investimentos em habitação para carentes

Cidadania e Inclusão Social

O governo federal assumiu o compromisso com a inclusão social e com a mobilização da sociedade para o combate à pobreza. Lançou o programa Fome Zero e unificou os programas sociais de transferência de renda, criando o Bolsa Família.

1) Fome Zero – O Programa Fome Zero já chega a 1.227 municípios brasileiros, onde há sinais visíveis de transformação. Entre as ações emergenciais está o Cartão Alimentação, através do qual 1 milhão de famílias recebem uma ajuda de R\$ 50 mensais. O programa recebeu R\$ 7,5 milhões em doações, de empresas e pessoas físicas, que foram utilizados para construção de cisternas para captação da água da chuva no semi-árido nordestino. As ações estruturais estão sendo implantadas gradativamente e visam promover a segurança alimentar e nutricional e gerar empregos. Destacam-se entre elas a compra da safra para incentivar a agricultura familiar e o incentivo à produção e consumo de leite.

2) Bolsa Família – A unificação dos programas sociais de transferência de renda triplicou a média dos benefícios pagos às famílias, que hoje é de R\$ 75. Em dezembro, o

Bolsa Família

| Recursos | milhões/mês |
|--------------|-------------|
| Norte | R\$ 21,7 |
| Nordeste | R\$ 159 |
| Sudeste | R\$ 50,6 |
| Sul | R\$ 23,4 |
| Centro-Oeste | R\$ 8,3 |
| Total | R\$ 263 |

Desenvolvimento com inclusão social

| Ano | Recursos | |
|------|-----------------|--------------------------|
| 2002 | R\$ 2,6 bilhões | — |
| 2003 | R\$ 4,3 bilhões | 65% a mais do que 2002 |
| 2004 | R\$ 5,3 bilhões | Mais que o dobro de 2002 |

programa alcançou a marca de 10 milhões de pessoas pobres atendidas. São 3,6 milhões de famílias, em 5.447 municípios. Para o próximo ano, os recursos previstos para o programa são da ordem de R\$ 5,3 bilhões. Em contrapartida, a família não deve deixar faltar à escola, promover alfabetização caso haja adulto analfabeto em casa e, em caso de gravidez, fazer os exames recomendados.

Além desses dois pilares, o governo federal priorizou ações em áreas fundamentais à vida do cidadão:

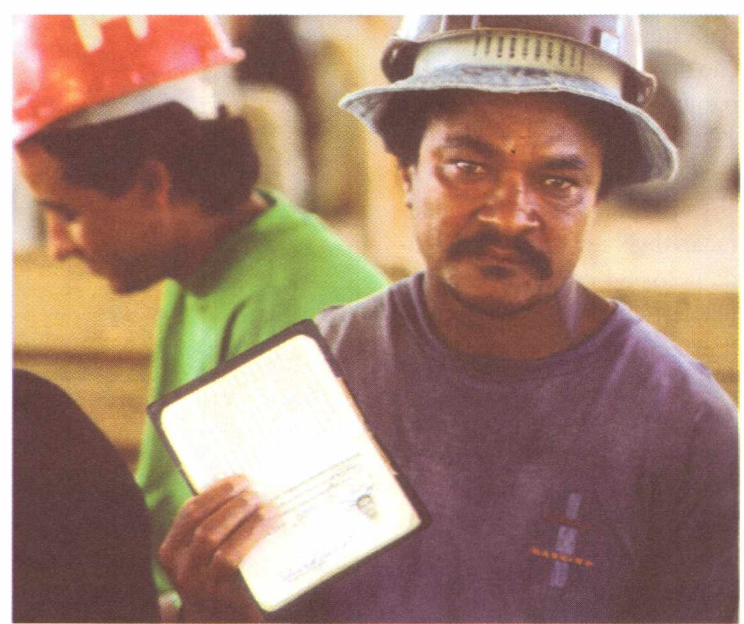
Educação – o governo Lula concentrou esforços na erradicação do analfabetismo no Brasil. Até dezembro, por meio do Programa Brasil Alfabetizado, 3 milhões de pessoas aprenderam a ler e escrever e foram gerados 106 mil empregos para professores. Outras medidas adotadas permitiram a ampliação do valor da merenda escolar concedida à pré-escola e a compra de 97,5 milhões de livros didáticos para alunos de 1ª a 8ª séries.

Saúde – o programa Saúde da Família ganhou mais duas mil

equipes e mais 7.300 agentes comunitários de saúde foram contratados, atendendo a 53,8% da população. As verbas da saúde foram redistribuídas para reduzir as diferenças regionais, e o repasse de recursos da União a Estados e municípios foi incrementado em 10%.

Justiça e Segurança – foi criado o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), que vai integrar ações dos órgãos policiais de todo o país para tornar mais eficiente a ação no combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado. Os convênios já foram assinados com todos os Estados brasileiros. Foram intensificadas as ações de combate à lavagem de dinheiro e sancionado o Estatuto do Desarmamento, que cria regras rígidas para o porte e comercialização de armas no país.

Cultura e Esporte – Considerados importantes instrumentos de desenvolvimento humano, de promoção da inclusão social e do combate à violência, estas áreas receberam a atenção do governo em projetos que promovem a cultura para além do eixo Rio-São Paulo, preservam a memória e o patrimônio histórico brasileiro, mantêm crianças na escola em horário integral



Com o FAT, foram criadas medidas para gerar emprego

para a prática de esportes, entre outras ações.

Habitação e infra-estrutura urbana – Até novembro, foram aplicados R\$ 3,45 bilhões, em 215 mil atendimentos habitacionais. Para saneamento, foram contratados financiamentos com recursos do FGTS, no valor de R\$ 1,7 bilhão. Na área de energia, foi lançado em novembro o Programa Luz para Todos, que vai levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas até 2008, com prioridade para as comunidades rurais.

Assistência Social – O Programa de Erradicação do Trabalho Escravo (Peti) atende hoje a cerca de 810 mil crianças e adolescentes que estavam trabalhando. Além do

Peti, há programas voltados para vítimas de violência, com ênfase nas situações de abuso e exploração sexual comercial, e para portadores de deficiência. Foi sancionado o Estatuto do Idoso.

Direitos Humanos e Ações Afirmativas – As ações de erradicação do trabalho escravo libertaram, em 2003, 4.315 trabalhadores mantidos em regime de escravidão. Políticas específicas para mulheres, povos indígenas e para a promoção da igualdade racial resultaram na concessão de títulos de terras a quilombolas (comunidades remanescentes dos quilombos); demarcação de terras indígenas, com ações voltadas para a educação indígena.

ESPECIAL



O valor total das exportações no ano passado foi recorde: US\$ 72 bilhões; e o saldo da balança comercial alcançou US\$ 24 bilhões, outro recorde do primeiro ano da gestão Lula

Inflação controlada, cenário favorável

| | Novembro 2002 | Novembro 2003 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Inflação IPCA | 3,02% | 0,34% |
| Dólar | R\$ 3,63 | R\$ 2,94 |
| Risco-Brasil | 1.606 pontos | 533 pontos |
| Saldo comercial (janeiro a novembro) | US\$ 11,324 bi | US\$ 22,078 bi |
| Juros nominais | 30,90% a.a. | 16,66% a.a. |

Famílias já beneficiadas

| | |
|---|---------|
| Assentadas até outubro | 21.693 |
| Receberam crédito de instalação | 27.074 |
| Já de posse do Plano de Desenvolvimento do Assentamento e serão beneficiados em breve | 22.014 |
| Tiveram infra-estrutura básica garantida | 5.778 |
| Receberam assistência técnica | 106.791 |

Ontem "versus" hoje

| | 2002 | 2003 |
|---------------------------------------|-----------------|----------------|
| Recursos liberados de julho a outubro | R\$ 800 milhões | R\$ 1,5 bilhão |
| Números de contratos | 360 mil | 500 mil |



O programa de agricultura familiar Pronaf recebeu R\$ 5,4 bilhões para financiar safras

Gestão do Estado

Para aumentar a eficiência e conferir maior transparência à gestão do Estado, destacam-se várias ações do governo federal.

- ★ Criação de 21 ouvidorias como a Ouvidoria do Servidor;
- ★ Divulgação da lista de devedores da Previdência Social (INSS);
- ★ Criação do governo eletrônico,

por meio do qual diversos órgãos federais disponibilizam informações via internet para dar transparência às ações de governo;

- ★ Racionalização do uso de recursos, reduzindo em 31,8%, até outubro, os gastos com passagens aéreas, limpeza, segurança e serviços de informática;
- ★ Renegociação dos contra-

tos de manutenção e serviços, com grandes economias. O Ministério da Saúde, por exemplo, economizou R\$ 577 milhões;

- ★ Cancelamento das licitações em que o Tribunal de Contas da União havia apontado irregularidades. Os editais foram reformulados para garantir transparência e moralidade.

Política externa é destaque

A nova política externa expressa a convicção democrática, a vocação pacífica e a economia diversificada características do país.

Mercosul – O Brasil reforçou e ampliou as relações com vizinhos do continente sul-americano. Pendências comerciais foram superadas e intensificaram-se os acordos internacionais de comércio, destacando-se a assinatura do Tratado de Livre Comércio entre o Mercosul e o Peru.

Posições na Alca e na OMC – O Brasil não permitiu que seus interesses comerciais e estratégicos fossem desconsiderados nas rodadas de negociação. No caso da OMC (Organização Mundial do Comércio), articulou a união de um grupo de países que, por defenderem os mesmos interesses, fortaleceram suas posições no debate. No caso da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), houve consenso dos diversos países das Américas na busca de uma Alca mais flexível e permeável às necessidades de cada participante.

Vaga no Conselho de Segurança da ONU – Contrário a qualquer forma de terrorismo, contra a invasão norte-americana ao Iraque, pela obediência às decisões da ONU e defendendo uma ampla reformulação do Conselho de Segurança da ONU, o Brasil ganhou apoio internaci-

onal à sua candidatura a uma das novas vagas permanentes no Conselho.

Novos parceiros comerciais – O entendimento com grandes países como Índia, China, África do Sul, Rússia e nações árabes reforçou o peso político e comercial do Brasil, além de abrir novos mercados para os nossos produtos. O superávit comercial obtido em 2003 está relacionado com a abertura de novos mercados. O incremento do comércio inclui países, agora com destaque merecido, no mapa do comércio e da diplomacia brasileira. No ano passado, por exemplo, a China se transformou em nosso segundo maior parceiro comercial.

Democracia e diálogo

Ao reformular a relação entre Estado e sociedade, fortalecendo a democracia, o governo brasileiro optou por dois caminhos: gestão participativa e uma repactuação entre o governo federal, Estados e municípios.

Plano Plurianual 2004/2007 (PPA) – Pela primeira vez na história do planejamento brasileiro, o governo realizou a discussão pública do PPA. Debates em todos os Estados envolveram represen-

tantes de 2.170 entidades de trabalhadores e empresários, da cidade e do campo, das elites e dos movimentos populares, de cientistas, de ambientalistas, entre outros.

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) – Espaço inovador e democrático na relação Estado/sociedade, que conta com representantes de todos os setores da sociedade e onde foram discutidas as reformas e outros relevantes temas da

agenda nacional.

Conferências – Conferências nacionais temáticas definiram políticas públicas na área de saúde, cidades, meio ambiente, pesca, assistência social e direitos da criança e do adolescente. O pacto social fundado no diálogo permanente permite ao governo federal ouvir a sociedade e formular políticas públicas capazes de responder às expectativas e às necessidades da maioria da população.

Combate à corrupção

O desbaratamento de quadrilhas (operações Anaconda e Gafanhoto, por exemplo) e a fiscalização da aplicação das verbas federais pelos municípios por intermédio de sorteios conduzidos pela Corregedoria-Geral da União apontam para a erradicação da corrupção no governo federal.

A primeira providência do novo governo para enfrentar a corrupção foi transformar a antiga Corregedoria em Controladoria-Geral da União (CGU), integrando as funções

de controle interno (fiscalização e auditoria) com as funções de correição.

Sorteio para fiscalização de municípios – Em 2003, 231 municípios foram investigados, gerando 2,5 mil relatórios, que foram encaminhados aos diferentes órgãos públicos responsáveis pelas ações corretivas, como a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União. O objetivo das investigações é acompanhar o repasse de R\$ 2 bilhões feito pelo gover-

no federal aos municípios.

Forças-tarefa – As equipes da força-tarefa, que combatem as fraudes na Previdência Social (INSS), tiveram as ações intensificadas no ano passado. Atualmente, há 17 equipes em atuação no país cujos trabalhos já economizaram R\$ 100 milhões aos cofres públicos. No ano passado, foram descobertos 20,7 mil benefícios que estavam sendo pagos em nome de pessoas falecidas, no total de R\$ 6,7 milhões.

ENTREVISTA

Genoino quer pauta mais ofensiva

PRESIDENTE DO PT DEFENDE QUE O GOVERNO CONCRETIZE, EM 2004, UM NOVO PROJETO DE PAÍS

O presidente nacional do PT, José Genoino, defende que o segundo ano de gestão Lula concretize um novo projeto de país que tenha duas vertentes: recuperar o crescimento econômico e definir o novo modelo econômico para o país. Em entrevista ao **PT Notícias**, Genoino apontou os acertos e os erros do governo em 2003 e comemorou importantes vitórias da administração do PT no governo federal, como a estabilidade da gestão macroeconômica, o sucesso da política externa, a aprovação das reformas constitucionais, a maioria no Congresso e as iniciativas tomadas em relação aos programas sociais. Entre as prioridades para o ano deveria estar também, segundo Genoino, a aprovação das reformas política e do Judiciário. A seguir, a íntegra da entrevista.

Para o PT, quais deveriam ser as prioridades do segundo ano de mandato do governo Lula?

Considerando que fomos vitoriosos no primeiro ano, arremando a casa, tomando iniciativas na política externa, organizando os programas sociais e aprovando as principais proposições no Congresso, nós deveríamos em 2004 ter uma pauta mais ofensiva, centrada no crescimento econômico, geração de emprego e melhoria da renda. A coordenação dos programas sociais deveria ter melhor gerenciamento político, maior retorno e maior eficiência. Além disso, teríamos que agilizar a reforma política, que está pronta na Câmara, e votar pontos centrais da reforma do Judiciário, que está no Senado e já foi votada na Câmara.

Este ano será, de fato, o ano do crescimento econômico?

É neste sentido que o governo está trabalhando. A pauta do crescimento econômico é uma pauta muito ampla e diversificada. Primeiro, temos que manter sem turbulência a gestão macroeconômica — a queda consistente dos juros, a segurança do superávit primário, o controle da inflação e o rigor fiscal. Segundo: temos que agilizar os projetos sobre Parceria Público-Privada para trazer investimento privado para a infra-estrutura, principalmente estradas e geração e transmissão de energia. Terceiro: o governo deverá direcionar no microcrédito a atividade da microeconomia no país, que tem espaço muito grande e precisa de uma boa articulação. Quarto: é preciso estreitar a relação entre uma política industrial nacional e as políticas regionais de crescimento econômico. Como o Brasil é um país continental, nós temos que incorporar a dimensão da diversidade regional dentro de uma política de valorização do setor produtivo pequeno, médio e grande. Acho que esta questão econômica está dentro de uma ideia que é a concretização de um projeto de país.

O que o sr. entende por esse projeto de país?

Eu entendo que esse projeto de país tem duas vertentes

básicas: uma é recuperar o crescimento econômico; a outra é definir o novo modelo econômico para o país. Eu entendo, inclusive, que esse debate com alguns economistas e intelectuais esquerdistas está equivocado. Não pode ficar centrado somente na taxa de juros, superávit e nos acordos com o FMI [Fundo Monetário Internacional]. Nós temos que ampliar a agenda do crescimento econômico. O governo teve que fazer o que tinha que ser feito. Não foi uma política conservadora. Foi necessário. Mas eu acho que é fundamental diversificarmos a pauta do crescimento econômico e tratar de cadeias produtivas, de política industrial, de microcrédito, de regionalização do crescimento econômico. Estamos defendendo uma visibilidade, em 2004, para esse novo modelo de país. Por exemplo: acoplar o desenvolvimento e a difusão tecnológica e científica no projeto de crescimento econômico; incentivar o mercado consumidor de massa interno; e articular a economia de ponta competitiva com a microeconomia que precisa do Estado indutor e articulador. Eu acho que também nós temos que agilizar o papel do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal nessa articulação do crescimento econômico com o setor produtivo. E como tem previsão orçamentária de um investimento maior em saneamento e moradia, que é o setor que gera muito emprego porque ativa a construção civil, acho que essa é a pauta diversificada de crescimento econômico. Se nós articularmos essa agenda do crescimento com o gerenciamento político dos programas sociais, completar a votação do projeto de Biossegurança e de Lei das Falências, e com essa parte política de reforma do Judiciário e da reforma política, acho que damos um avanço fundamental nesse ano legislativo até junho ou julho.

Considerando que este é um ano eleitoral, vai ser possível aprovar essas reformas prioritárias?

Acho que vai. Primeiro porque elas estão prontas. A reforma política veio do Senado, foi aprovado na comissão da Câmara e está pronta para ser votada no plenário. É uma questão de acordo. A reforma do Judiciário foi discutida e votada na Câmara há dez anos. É um equívoco dizer que ela não foi discutida. Teve dezenas de audiências, dezenas de debates, dezenas de negociações. E a Câmara aprovou um projeto razoável de reforma do Judiciário, que tem de ser votada no Senado.

O governo Lula trabalha, pela primeira vez, com um Orçamento elaborado por sua equipe. Até que ponto este Orçamento é suficiente para que as ações do governo respondam à expectativa da população?

O Orçamento somente não será suficiente. Por isso nós temos que diversificar os meios e os instrumentos de política social e de política econômica. As condições estão maduras pela liderança do



Para o presidente do PT, José Genoino, a prioridade agora é o crescimento econômico

Lula, pela força do PT, para a gente concretizar essa ideia de projeto de país. Acho que já vencemos a fase de arrumar a casa e agora temos que ter mais ousadia no sentido de concretizar as linhas básicas de um novo projeto de país.

O sr. considera que o governo Lula errou em algum momento?

Acho que o governo acertou no macro, no atacado, que foi vitorioso, e nós tivemos pequenos problemas no varejo. Acho que o desempenho dos ministérios foi muito diferenciado. Em algumas áreas, poderíamos ter avançado muito mais, principalmente na área social. Eu considero que o gerenciamento administrativo da máquina precisa de um novo modelo de gestão, porque a máquina administrativa do Brasil é uma espécie de armário com gavetas cujos conteúdos não se comunicam entre si. Nós não aparelhamos a máquina — pelo contrário, mantivemos muita gente da gestão anterior. Mas temos que ter um gerenciamento mais horizontal, mais transversal, para ir diminuindo os feudos e as visões estanques dentro da máquina.

Como o partido irá ajudar o governo em todas essas tarefas consideradas prioritárias?

O PT é o eixo de sustentação do governo, mas tem que ter uma relação de autonomia para mediar e negociar pontos delicados e conflitantes como tivemos nos transgênicos, na questão do Orçamento, e como estamos tendo agora com os movimentos sociais, como temos que ter com a academia na reforma da universidade, e como vamos ter em outros temas. O PT tem que dialogar mais tanto com movimento social como com a intelectualidade. É importante que o PT, respeitando o direito de crítica, de divergência, de debate, tenha um pacto interno de coresponsabilidade com o projeto

nacional. Por isso é que os acordos que fizemos nas capitais foram importantes, porque todas as correntes têm candidatos significativos e viáveis nas cidades estratégicas do país. E, por último, mas não menos importante, é a vitória eleitoral de 2004. A vitória do PT com os partidos coligados é fundamental para que a correlação de forças do governo Lula sejam favoráveis a essas mudanças nos dois anos restantes do mandato do presidente Lula.

Nas eleições municipais deste ano, é certo que a intenção dos adversários do PT será fazer do pleito um plebiscito do governo Lula. Qual a orientação do partido para enfrentar esse desafio?

Se eles plebiscitarem as eleições, eles vão ser derrotados porque o governo Lula está muito bem na opinião pública e vai estar melhor ainda durante a eleição de 2004. E, em segundo lugar, isso é um equívoco. A eleição é local, as pessoas querem discutir como melhorar a vida em cada cidade. É claro que, nos grandes centros, o debate nacional vai existir — o debate sobre o desemprego, a violência. E o PT tem que ir para esse debate de maneira ofensiva. Nós não podemos ser prisioneiros da tática dos adversários. Temos que levá-la em conta, mas sem ser prisioneiro dela. Nós temos que ir para a eleição para ganhar, temos que ter bons candidatos, boas alianças e temos que fazer a defesa do governo Lula, que é fundamental na campanha eleitoral. Além disso, é preciso trabalhar muito com as marcas do PT, porque o partido é uma legenda muito forte.

O que o PMDB, que se aliou ao governo e ocupará dois ministérios, pode trazer de positivo para o governo?

O PMDB é o segundo partido em aceitação da população, só perdendo para o PT. Na nossa pesquisa, o

PMDB está com 12% de aceitação popular. Somando PSDB, PFL, PDT, dá 12%. O PMDB é um partido nacional, tem capilaridade, tem muitos militantes, muitos prefeitos, muitos deputados. Além disso, o PMDB representa interesses econômicos e sociais que têm afinidade com o nosso projeto. Depois, o PMDB apoiou o Lula no segundo turno em 14 Estados, e em alguns apoiou também no primeiro turno. Por último, o PMDB foi muito importante em 2003 para o governo conquistar maioria no Congresso. Portanto, a entrada do PMDB no governo não é apenas uma acomodação política. É a construção de uma aliança com o centro, tendo em vista um projeto estratégico que passa pela sustentação do governo, por uma aliança nas eleições de 2004 e também por uma consolidação da relação política — isso tanto com o PMDB como com o PTB, como com alguns setores do PP, que não é o malufismo. Estou me referindo a lideranças que têm base econômica no agronegócio, no setor industrial, que quer dialogar conosco. E há também os partidos mais à esquerda, de corte popular, que nos interessa. O governo do Lula é um governo dirigido pelo PT, portanto, a esquerda dirige o governo. Mas ele faz uma aliança com o centro, e essa aliança é política. O PT tem que saber fazer alianças com seu programa, com seus valores democráticos, seus valores éticos.

Há alguma definição sobre essa aliança para as eleições municipais?

Temos condição de ter uma espécie de protocolo político com os partidos que apoiam o governo. E o PMDB pode ser uma boa experiência para isso. Temos um número muito grande de cidades que já têm negociação de alianças com o PMDB. O PT, que é um partido nacional, tem

que ter a flexibilidade de fazer as alianças pontuais, levando em conta a realidade de cada município.

Por enquanto, 18 capitais já têm pré-candidatos petistas escolhidos e, dessas, apenas quatro fizeram prévias até agora. Isso já é uma vitória do PT?

Eu acho que o PT foi maduro na construção de uma unidade interna em que nós evitamos prévias na grande maioria das capitais e em todas as capitais que o PT governa hoje. Foi um amadurecimento político e dá força ao partido para negociar com os aliados. Foi uma vitória política, de uma visão responsável e madura, porque nós temos que considerar que a eleição é fundamental para continuar a fazer com que o país vá à esquerda. O país fez uma opção pela mudança em 2002. Nós temos que consolidar essa opção em 2004 para os avanços do projeto de mudança do país.

O PT teve que lidar com lideranças do partido que faziam oposição ao próprio partido, o que acabou gerando o desligamento de quatro parlamentares. Qual é a avaliação que o sr. faz da forma como o PT agiu nesse momento?

O PT agiu, no fundamental, corretamente. O PT não podia vacilar no apoio ao governo, porque isso poderia gerar graves consequências para um governo que o PT dirige mas é de composição. E se o PT não estivesse muito firme na votação das reformas no Congresso Nacional, elas podiam ter sido derrotadas, principalmente a da Previdência. Além disso, o PT tem que garantir a sua característica de um partido de debate, de crítica e de divergência e de unidade de ação. São as duas vertentes que equilibram o PT enquanto partido pluralista. Temos que fazer um debate ofensivo, e a Executiva, inclusive, está preparando um vídeo para os nossos candidatos a prefeito, para nossas lideranças, para mostrar, entre outras coisas, que o PT não foi incoerente com o início do governo Lula. Se a gente pegar os grandes temas, como a dívida externa, acordo com FMI, superávit, estatização, alianças, nós temos, de 1989 até hoje, uma linha de coerência e de evolução. E nós vamos mostrar isso. Portanto, eu acho que o que aconteceu com alguns companheiros foi que eles fizeram uma ruptura unilateral com o PT. O PT garantia o pleno direito de crítica e de divergência, inclusive pública, desde que esses companheiros votassem com o PT. O problema é que esses companheiros estavam em um outro projeto, tanto que eles já estão concretizando um novo partido, e nós desejamos sucesso. Acho que é legítimo, tem espaço para eles construírem um novo partido. O que a gente não podia ter era um clima de guerra permanente, que interditava o debate. Eu acho que o PT passou pelo teste — tá a pesquisa dos filiados e da própria população provando isso — e agora o PT tem um novo momento, que é o momento da agenda de 2004, da disputa eleitoral e da consolidação do partido enquanto instância autônoma na relação com o governo.